



Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Justiça
Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação
Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

4ª Reunião Ordinária – Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação do II PNETP
Memória – 08/04/2014

LISTA DE PRESENÇA			
NOME	ÓRGÃO	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Lyra	SIT/MTE	(61) 2031-6435	alexandre.lyra@mte.gov.br
Aloysio Gomide Filho	MRE	(61) 2030-8804	alloysio.gomide@itamaraty.gov.br
Ariane Gontijo	UNODC/SNJ/MJ	(61)9938-9540	arianegontijo@yahoo.com.br
Beatriz Cruz	SENASP	(61)2025-5540	beatriz.cruz@mj.gov.br
Cláudia Araújo de Lima	SAS/MS	(61) 3315-9101/ 9108 (61) 8115-8100	claudia.araujo@saude.gov.br
Dermeval Farias	MPDFT	(61)3343-9650	Dermeval@mpdft@mp.br
Eden C. Martingo	SPM/PR	(61) 3313- 7072	eden.martingo@spm.mulheres.gov.br
Eduardo Bassani	MPOG	(61)2020-4239	eduardo.bassani@planejamento.gov.br
Elisa Sardão	SPM	(61)3313-7455	elisa.colares@spm.gov.br
Fernanda Alves dos Anjos	DEJUS/MJ	(61) 2025-3330	fernanda.anjos@mj.gov.br
Francisco Cruz	MP/AM	(92)9621-2299	franciscocruz@hotmail.com
Guilherme Castro	SDH	(61)2025-3481	guilherme.castro@sdh.gov.br
Graziella Rocha	ETP/DEJUS	(61)2025-6988	graziella.rocha@mj.gov.br
Heloisa Greco Alves	CETP/DEJUS	(61)2025-3038	heloisa.alves@mj.gov.br
Jana Macedo	DEEST/MJ	(61)2025-7925	jana.macedo@mj.gov.br
Luis Carlos	CNJ	(61)2326-4809	luis.santos@cnj.jus.br
Luciléia Rollemberg	CETP/SNJ	(61)2025-9333	lucileia.alves@mj.gov.br
Marina Rodrigues	DRCI/MJ	(61)2025-8935	marina.rodrigues@mj.gov.br
Márcia Kay	MEC	(61)2022-9604	marcia.kay@mec.gov.br
Marissol Vieira	MEC/SECADI	(61)2022-9604	marissol.pucci@mec.gov.br
Marcos Guerra	MTUR	(61)2023-7405	marcos.guerra@turismo.gov.br
Paulo Abrão	MJ	(61)2025-9400	paulo.abrao@mj.gov.br
Paloma Corrêa	MDS	(61)2030-3049	paloma.correa@mds.gov.br
Rodrigo Martins Prates	MD	(61) 3312-4137 (61) 8103-0767	rodrigo.prates@defesa.gov.br
Rossana do Amaral	MPF/PFDC	(61)3105-6011	rossana@pgr.mpf.gov.br

Robson Robin ****	SENAD/MJ	(61)2025-7239	Robson.robin@mj.gov.br
Sylvio Cezar Koury	SAM/CC/PR	(61)3411-3272	koury@presidencia.gov.br
Tiago Cabral	MJ	(61)2022-9604	tiago.cabral@mj.gov.br
Waldo Caram	PRF/MJ	(61)2025-6711	direitoshumanos@prf.gov.br

PAUTA	
<p>1) ABERTURA DOS TRABALHOS.</p> <p>E rodada de apresentação dos participantes</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O Secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, dá boas vindas ao GI em nome da SNJ, destacando a importância do monitoramento para uma efetiva avaliação da implementação do II Plano Nacional. Ressaltou a responsabilidade de cada parceiro implementador de tirar do papel todas as previsões elencadas no conjunto de ações que compõem as cinco diretivas presentes no II Plano e que foram aprovadas pela Presidenta da República e editadas por meio de decreto. Na oportunidade, registrou a presença dos convidados especiais do Grupo Interministerial, ou seja, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional de Procuradores Gerais, Ministério Público Federal e Conselho Nacional do Ministério Público. Em linhas gerais tratou sobre: a transversalidade do tema e a integração das diferentes políticas públicas; necessidade da transparência pública das informações e avanços do II PNETP; recordou os destaques nos registros do balanço de 2013 e planejamento para 2014; bem como da necessidade de incorporação da prática de produzir e compartilhar informações sobre o avanço das ações desenvolvidas para o alcance das metas do II PNETP. - Na oportunidade, o Secretário destacou, ainda, a importância das Campanhas Coração Azul e da Campanha da Fraternidade que agregaram especial relevo a esse processo de difusão do Enfrentamento ao tráfico de pessoas. - Aproveitou para dizer que do primeiro relatório até este terceiro relatório, houve um fato importante para o processo de gestão e monitoramento das medidas do plano, ou seja, a instalação do CONATRAP, que representa um novo ator nesse processo de supervisão e orientação geral cuja composição é transversal, intercolegiada e parte também de composições de representantes de outros colegiados já existentes na estrutura da República. - O Secretário passou a palavra à Diretora do Departamento de Justiça, Fernanda dos Anjos, que mencionou a solicitação registrada na reunião de instalação do CONATRAP para que um de seus representantes participe como ouvinte das próximas reuniões. - Na oportunidade a servidora Graziella Rocha, Secretária Executiva do CONATRAP, foi apresentada ao Grupo. Graziella Rocha fará a interlocução entre os dois espaços colegiados para que haja uma boa troca de informações entre os diferentes órgãos. - Destacou que sem a efetiva noção da transversalidade da temática, sem a devida transparência pública e sem as informações dos respectivos Ministérios, há um estrangulamento na implementação de toda política nacional, ressaltando assim que os relatos são fundamentais para o monitoramento do GI. - Apontou o ano de 2014 como atípico, em virtude da aceleração das agendas internas, Copa do Mundo, precisando assim avaliar mudanças de autoridades máximas que ocorreram em alguns Ministérios, causando uma repercussão nas equipes administrativas dentro dos mesmos, gerando uma dificuldade de busca ativa das informações necessárias para o monitoramento da execução do Plano.

	<ul style="list-style-type: none"> - Informou que esta será a primeira reunião do GI onde a tripartite não fará uma devolutiva a partir das informações recebidas sobre o nível de execução das ações, pela simples razão de que estas informações não foram recebidas a contento. - Passou a palavra à representante da SPM, Elisa Sardão, que teceu breves palavras sobre a importância desse segundo ano de implementação do Plano Nacional e seus principais pontos. - Seguindo a palavra ao representante do SDH, Guilherme Castro, que justificou a ausência do Doutor Jorge Lima por problemas pessoais e agradeceu a presença de todos. - Seguiu-se a uma breve apresentação dos presentes.
<p>2) Apresentação da Consultoria contratada no âmbito do Projeto BRA X63 e Revisão do progresso da implementação do II Plano Nacional</p>	<p>O Secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, registrou o lançamento da publicação “Tráfico de Pessoas – Uma abordagem para os Direitos Humanos” que todos estão recebendo um exemplar. Segundo o Secretário esta é a primeira literatura mais dedicada ao Enfrentamento do Tráfico de Pessoas teórico, pois existe uma baixa produção científica a respeito, sendo importante estimular o grupo de pesquisas resistentes e as pessoas que trabalham na prática para que tenham alguma interação com os setores acadêmicos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Informou a aprovação no Senado do PLS 479, que representa uma lei geral sobre Tráfico de Pessoas. Este projeto foi aprovado em todas as comissões do Senado e agora segue para a Câmara, acrescentando que foi apresentado dentre as prioridades da Casa Civil. - Informou também sobre a assinatura do protocolo de intenções que instituiu a metodologia integrada de coleta de dados sobre o Tráfico de Pessoas. <p>- Em seguida passou a palavra à Diretora do DEJUS, Fernanda dos Anjos, que falou sobre a devolutiva da tripartite em relação aos avanços e do quanto estão progredindo neste processo de monitoramento. Ressaltou a atual situação que compreende ser prejudicada, fez um breve resgate de como foi feita a análise da tripartite.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Explicou o Modelo de Monitoramento e seus principais objetivos. Para tanto esclareceu que o processo de monitoramento permite a análise do progresso progressivo, durante os quatro anos de vigência, bem como as dificuldades na implementação e os avanços alcançados no enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil, as métricas a serem adotadas comuns, qualitativas e quantitativas, e os níveis de progresso do PNETP. - Falou sobre a abertura de oportunidades de realizar reuniões bilaterais para revisão dos prazos de implementação para que seja possível adequar à efetiva entrega dos relatórios. - Evidenciou o trabalho que será realizado pela consultora, Ariane Gontijo, contratada no âmbito do projeto BRAX63, firmado em parceria com o UNODC, que visa contribuir para o processo avaliativo, para a estratégia de correção de eventuais rotas e levantar as questões que precisam ser discutidas e levadas ao Comitê Nacional gerando, assim, uma capacidade sobre os graus de alcance dos resultados e dos desafios postos. - Salientou a última reunião do ano passado, onde foram alterados alguns dos aspectos do sistema de monitoramento, onde os representantes receberam um relatório já em um formato modificado, em que foi incluído um novo campo de metas com características permanentes. - Falou sobre a inclusão do campo de orçamento, ainda não pactuada, mas trata-se de um importante dado para completar o processo de transparência à sociedade.

- Logo em seguida informou que cada Ministério indicou durante o período de duração do Plano qual a previsão de execução de cada meta. Ressaltou que dentre as 77 metas previstas para 2014, a coordenação não recebeu nenhum pedido de atualização, partindo assim do pressuposto de que aquele cronograma permanece válido. Portanto, a perspectiva que entre 2013 e 2014, deverão ser concluídas 77 metas. Pela análise, verifica-se que:

Total: 77 metas, 67 em progresso e 11 concluídas.

Linha Operativa 1: 06 metas para 2013/2014

Linha Operativa 2: 46 metas para 2013/2014

Linha Operativa 3: 16 metas para 2013/2014

Linha Operativa 4: 04 metas para 2013/2014

Linha Operativa 5: 02 metas para 2013/2014

- Seguindo passou a palavra para à Coordenadora Adjunta da Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, **Lucicleia Souza**, que compartilhou informações dos relatórios que foram entregues. Momento em que apresentou a tabela com os Ministérios que entregaram o relatório e os que ainda não entregaram; Informou sobre as dificuldades e os desafios encontrados para a sistematização das informações para a devolutiva do Relatório de Monitoramento em virtude dos atrasos nas entregas;

RELATÓRIOS ATUALIZADOS

- Secretaria Nacional de Justiça/MJ
- (DEJUS, DRCI e DEEST)
- Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ
- Secretaria de Políticas para as Mulheres
- Ministério da Defesa
- Ministério do Turismo
- Ministério da Educação
- Ministério do Desenvolvimento Social
- Ministério da Saúde
- Advocacia Geral da União**
- Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial - SEPPIR**

RELATÓRIOS FALTANTES

- Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas/MJ
- Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal
- Departamento de Polícia Federal
- Defensoria Pública da União
- Secretaria de Direitos Humanos
- Ministério da Cultura
- Ministério das Relações Exteriores – DAC e COCIT

- Ministério do Desenvolvimento Agrário
- Secretaria Geral da Presidência da República

Relatoria do progresso da implementação do Plano Nacional

1ª Relatoria

- Relatórios esperados – 21
- Relatórios entregues – 16

2ª Relatoria

- Relatórios esperados – 21
- Relatórios entregues – 11 (considerando 04 órgãos que informaram não haver alterações no relato anterior)

3ª Relatoria

- Relatórios esperados – 21
- Relatórios entregues – 10 (considerando 01 órgão que informou não haver alterações no relato anterior)

- Evidenciou-se o atraso nos envios dos relatos, o que prejudicou a análise pela coordenação tripartite.
- Comunicou que foram feitas as correções solicitadas pelo MD, MS, MDS, SPM, MPF na memória da última reunião, dando a mesma por validada.
- Solicitou que os membros atualizem seus e-mails e telefones (funcional e celular), disse que a servidora Franciele estará passando nas mesas para confirmações dos dados e pedir a gentileza de preencham a ficha com informações sobre os membros para facilitar o nosso contato e o envio de materiais;
- Informar que a CETP segue com a sistematização dos relatórios em word para que seja dada a devida transparência para a sociedade do progresso que está sendo alcançado na implementação do plano;
- Comunicou sobre a possibilidade de novas visitas aos Ministérios, em virtude de mudanças em algumas pastas, no sentido de se resgatar o histórico dos compromissos firmados durante a construção e aprovação do II PNETP;
- Informar sobre as bilaterais realizadas com representantes do Ministério da Cultura, SDH e do Ministério do Trabalho e Emprego (franquear a palavra à representante do Minc. Gisele Dupin, e para o do Ministério de Trabalho, Alexandre Lyra) É importante que eles possam transmitir a percepção que tiveram com o contato bilateral e que isso resultou internamente no seu papel como membro do GI.
- Lembrou que no último encontro, a Secretaria de Direitos Humanos se disponibilizou a contribuir com a criação do sistema no âmbito do PNDH3 para sistematizar o relatório.
- Em seguida passou a palavra ao representante do Ministério do Trabalho e Emprego Alexandre Lyra, que falou sobre a importância do contato durante as reuniões bilaterais.
- Falou sobre as unidades que não se fizeram presentes, mas já passado a ciência para o alinhamento destas falhas. Apresentou a sra Fabíola que dialogou e esclareceu os pontos de caminhada deste processo.

	<p>- A Coordenadora, Lucicleia Souza, informou ainda o objetivo da tripartite de continuar com o agendamento de reuniões bilaterais, abrindo a possibilidade dos membros solicitarem prioridade como o Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Cultura. Na oportunidade, comunicou que a consultora, Ariane Gontijo, irá agendar e participar das reuniões com cada um dos representantes dos Ministérios.</p> <p>- Propôs a comunicação pelo Googlegroups (ferramenta de comunicação), com a qual concordaram os membros.</p> <p>- Passou a palavra para a Diretora, Fernanda dos Anjos, que ressaltou a importância da referida consultoria que também objetiva subsidiar um novo processo de repactuação bilateral com cada um dos Ministérios para identificar as necessidades de ajustes, buscando gerar relatório do Plano.</p> <p>- Em seguida a consultora, Ariane Gontijo, informou o período da consultoria que será de 17 de março de 2014 a dezembro de 2014, em deverá: avaliar o grau de progresso, adequação de indicadores, relatórios produzidos, recomendar ajustes, realizar o acompanhamento das reuniões, além de pesquisar Departamentos Nacionais e Internacionais, Universidades que estudam o tema, Núcleos e Postos que trabalham com o mesmo. Propôs sua análise a partir de uma perspectiva mais tática do processo, identificando quais são as dificuldades no desempenho da rotina, o que está favorecendo e o que não está, seguindo a parte teórica de concepção, para assim conseguir balizar toda discussão da implantação do II Plano sob o ponto de vista teórico e sua dimensão política.</p> <p>-Informou a adoção de seis perspectivas metodológicas: a dificuldade de análise pelo recebimento atrasado dos relatórios; mudanças de ministros com impactos em equipes; calendário de grandes eventos e eleições políticas; clareza quanto às metas; significado do não relato; aspectos internos; e possíveis soluções;</p> <p>- Passou a palavra para o senhor Eden C. Martingo, da SPM/PR, que informou a criação de um grupo de trabalho do Comitê Nacional sobre a Copa do mundo, na tentativa de produção de análise sobre outros eventos realizados que traçou uma diretriz para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Informou que na primeira reunião do CONATRAP uma das primeiras medidas foi a criação de grupos temáticos e comissões permanentes para atacar problemas específicos de uma maneira mais estruturada, dentre esses grupos foi criado um GT da Copa e grandes eventos, para análise das ações e formulação de diretrizes do governo relacionado ao Tráfico de Pessoas e Grandes Eventos. Explicou a simplicidade do documento, que é de identificar os riscos associados a organizações dos mesmos em nosso país. Tendo em vista o que aconteceu em outras Copas do Mundo da Alemanha, da África do Sul e outros Grandes Eventos em que houve esse alarma sobre o tráfico de pessoas para a exploração sexual, contudo, foi verificado que não houve aumento nesse período e que parte dos recursos que foram investidos, de alguma maneira foram desperdiçados. Além disto, uma preocupação grande do CONATRAP em relação as ações</p>
--	---

justificadas em combate ao tráfico de pessoas que tendem a marginalizar populações vulneráveis (prostitutos, prostitutas, transexuais) que atuam no mercado do sexo, se torna uma questão intimamente ligada a esta a desconstruir este mito específico. Ressaltou a identificação da existência de fatores, tanto para a literatura, quanto para os trabalhos a partir de uma justificativa de documentos, sugeriu-se uma linha de ação para uma maior eficiência das ações de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em grandes eventos, e que a idéia é de não haver uma necessidade de uma campanha específica em Combate ao Tráfico de Pessoas, e sim a de concentração de campanhas em combate a violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Falou do objetivo de atingir um público mais amplo e de outro lado priorizar alguns grupos como o de famílias deslocadas por obras da cidade que geram vulnerabilidade sociais, os trabalhadores e trabalhadoras recrutadas em obras para as cidades da Copa e setores de turismo, campos conexos de serviços que sofrerão uma enorme demanda durante os eventos, em relação aos atletas que sofrem aliciamento havendo dificuldade para que haja uma proteção efetiva, recomendando o fortalecimento as redes de proteção aos migrantes.

- Seguindo passou a palavra a Diretora, **Fernanda dos Anjos**, que abriu uma rodada de avaliação para o GI pedindo que os membros levem em consideração todo o processo do relato, as novas mudanças, as dificuldades no que tange o informe do orçamento, o compartilhamento de questões relevantes.

- A sra **Cláudia Araújo de Lima**, da SAS/MS, informou que no âmbito deste último relatório, a dificuldade é com o tempo de atualização, pois o Ministério da Saúde lidera nove metas que estão espalhadas em diversas secretarias. Destaca que a demora na entrega dos relatos se deve também ao fato de que, normalmente, os relatórios internos são condensados anualmente. Assim, a recolha de dados atualizados parcialmente acaba por promover demandas extras para as áreas internas o que pode gerar atrasos na entrega final dos relatos ao GI. Oportunamente, falou sobre uma das metas que não foi relatada, que trata do acolhimento, informando a pactuação da última reunião da Comissão entre os gestores tripartite da expansão e reordenamento para adultos e família onde o objetivo é integrar migrantes e possíveis vítimas. Essa meta foi levada para "DUECITIS", que na primeira foi rejeitada e na segunda foi efetivada a pactuação com 5500 vagas em 3875 Municípios de médio e grande porte e metrópoles, 1625 regionalizadas para estados da federação, onde os critérios que foram utilizados foram as demandas de migração no território de incidência no tráfico de pessoas.

- Em seguida a sra **Fernanda dos Anjos** prosseguiu informando que o Departamento de Justiça/SNJ, realiza a entrega de 40 metas das 115. Destacou a instalação de um novo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no município de Ipojuca – PE e o convênio para a criação de Posto de Atendimento Organizado no aeroporto de Confins –BH. Apontou o lançamento do edital para a Feira de Boas Práticas e conhecimento em matéria de

	<p>migração, tráfico de pessoas e refúgio, que selecionará práticas governamentais ou não que será celebrado em uma feira nacional, gerando oportunidade de troca de conhecimento, informações, inclusive práticas e organizações do governo e que ocorrerá durante a primeira COMIGRAR. Informou sobre o acordo recentemente firmado com o Governo Argentino, buscando atuar em um plano de trabalho conjunto mais ativo e sobre a parceria da SNJ com um projeto de cooperação técnica com a União Europeia, migrações transfronteiriças, que espelha as grandes ações de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas previstas no bojo do ENAFRON, sendo a primeira meta de realização do diagnóstico, a segunda instalação de rede nos pontos avançados de atendimento que foram identificados na pesquisa e a terceira, capacitação local, reforçando aspectos. Compartilhou a notícia de que o modelo de monitoramento do II PNETP foi escolhido pelo UNODC como o modelo de referência em monitoramento de um plano nacional, sendo então, reconhecido internacionalmente.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> - Comunicou a aprovação, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, no final de 2013, do Dia Internacional do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, 30 de Julho, definida pela rede de núcleos e postos, SNJ juntamente com a Semana Nacional de Mobilização de conscientização do combate ao tráfico de pessoas. Contaremos com toda articulação da rede lançando mais uma etapa da Campanha Coração Azul. - Destacou a candidatura do Brasil como sede, em 2014, da 4ª Reunião de altas autoridades da OEA em matéria de Enfrentamento ao Tráfico de pessoas. - Alertou sobre o encerramento da Campanha da Fraternidade, e pediu aos que tivessem interesse, que entrem em contato com a CNBB para realizar uma parceria. - Evidenciou questões sobre como relatar o orçamento. Seguiu explicando que existem recursos substanciais sendo entregues para este segundo Plano e a necessidade da transparência de quanto o governo investe para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, assegurando a importância da publicização destes dados. - Sugeriu trabalhar com o orçamento global já gasto, mas a serviço do cumprimento deste plano, entendendo que ao trabalhar com perspectivas de projeção não estarão lidando com a informação real.
<p>3) Rodada de Avaliação do GI sobre os progressos e dificuldades encontrados pelos Ministérios na implementação do II Plano</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Dando continuidade, foi aberta uma rodada de avaliação para que os representantes esclarecessem progressos e dificuldades. - A representante do SENASP, Beatriz Cruz, informou sobre a dificuldade de identificação dentro do orçamento global em o que se destaca efetivamente ao ETP sendo em alguns casos quase impossível, exemplificando as ações no âmbito das estratégias nacionais e de fronteira. Motivo pelo qual causa prejuízo a tradução efetiva do que se tem investido. - Em seguida passou a palavra ao senhor (...) que informou a inexistência de uma rubrica que se defina recurso específico para o ETP. Informando que não há orçamento previsto e destaque. Informando o trabalho no fomento a parceria local que se realize em cada cidade,

	<p>enviando o modelo as secretarias estaduais, municipais e estaduais, obtendo bons resultados. Agregando o tráfico de pessoas como prioridade.</p> <p>- Passou a palavra ao representante do Conselho Nacional de Procuradores Gerais, Dr. Francisco Cruz, que em nome do Conselho Nacional agradeceu o convite para participação no Grupo Interministerial. Pediu que as informações em relação aos municípios que serão diagnosticados na pesquisa Migrações Transfronteiriças sejam compartilhadas com o CNPG, para que possam participar como indutores da própria pesquisa. Ressaltou a capilaridade do órgão, presente nos municípios, e que dedica especial atenção às questões de migração, principalmente, dentro de um projeto do MP. Se colocou a disposição para pactuarmos a forma de participação do CNPG na execução do II PNETP.</p> <p>- Passou a palavra ao representante da SPM, Eden Martingo, que ressaltou o cumprimento de metas, restrições de pessoal, estrutura, caracterizando um país de transformação, onde a ação do Estado é sempre bem vinda, mas nunca inteiramente suficiente. Caracterizou o encurtamento do ano de 2014, que dificulta a entrega de algumas metas, ressaltando a questão a interferência da Copa do Mundo nas questões orçamentárias, viagens, eventos e o próprio corte orçamentário. Explicou a escolha de priorização das ações que fossem mais factíveis, deixando o planejamento organizado para uma implementação mais forte em 2015 e 2016, ações essas de Mecanismo de Monitoração da rede, Internacionalização do disk 180, capacitação de agentes multiplicadores a partir de Junho/2014, com uma inclusão no material das promotoras legais populares com a inclusão do tema Tráfico de Pessoas. Informou sobre a reunião feita com o secretário geral da CNBB, em questão da divulgação do Disk 180 que foi bastante vigorosa. Gerando uma ação de envolver o CONIC e a Igreja Católica na Campanha contra Violência a mulher no contexto da Copa do Mundo, usando a visibilidade deste evento. Citou a questão da relatoria e orçamento, momento em que citou a dificuldade na separação de ações de tráfico, de transações maiores que inclui o tráfico, exemplificando o primeiro relatório onde foi colocado o valor específico e não um valor global, com uma nota de rodapé informando suas características. Citou a grande dificuldade ao separar ações de tráfico, de transações maiores, que incluem o tráfico de pessoas como ações transversais. Exemplificando o último relatório onde foi colocado o valor específico e não o global, inserido uma nota de rodapé informando o plano e suas características na maneira como ele se insere. Assim deixando o processo um pouco menos ágil.</p> <p>- Em seguida o Coronel Rodrigo Prates, representante do Ministério da Defesa, apontou a meta compartilhada com a SENASP, MRE e DPRF propondo colaboração nesta meta na questão do enfrentamento, referindo-se a estratégia de integração aos atores que atuam na aérea de fronteira para o enfrentamento, incluindo as forças armadas, Exército, Aeronáutica, devido a dificuldade para atingir regiões mais remotas. Propôs que para o próximo relatório o pedido seja feito formalmente as secretarias executivas de forma que o representante tenha empoderamento suficiente para coletar todas as informações para o</p>
--	--

<p>4) Encaminhamento s Finais, Avaliação e Encerramento</p>	<p>relatório.</p> <p>- A Senhora Marissol Vieira, MEC/SECADI, informou que em 2013 por ocasião do Fórum de Direitos Humanos, o MEC em parceria com o SDH lançou o caderno de educação em direitos humanos que está sendo encaminhado para todas as secretarias de educação estaduais e municipais como uma maneira para fomentar a questão do tráfico de pessoas. - Ressaltou a rede nacional de formação continuada de profissionais de magistério e educação básica que em 2013 foram aprovadas 14690 vagas em cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização por 31 instituições públicas de ensino superior, distribuídas na área de educação e direitos humanos, gênero, diversidade sexual, direito de crianças e adolescente. Mais 60 cursos aprovados para profissionais na área de educação, no valor de 30 milhões de reais investidos. Sendo o ETP um tema que adentra no ME. Citou a dificuldade que se refere a uma meta em relação ao PRONATEC, comprometendo-se efetivar a questão das ofertas. Salientando o trabalho em conjunto com a CETEC que enviará um resumo executivo.</p> <p>- Passou a palavra ao sr Aloysio Filho, representante do MRE, que informou sobre o trabalho de revisão dos postos em relação a lista de despachantes, a atualização a rede de apoio as vítimas de tráfico no exterior. No que se refere ao orçamento, ressaltou que a dificuldade se encaixa na quantificação a assistência prestada a vítima, sendo um orçamento dividido em vários blocos. Citou a discussão da tripartite em questão das considerações com execução de um determinado valor.</p> <p>- A Coordenadora Adjunta, Lucicleia Souza, reiterou os já pactuados indicativos de datas com o objetivo de mantê-las. Sendo o prazo para envio de ajustes para publicação do III Relatório com o Balanço primeiro trimestre de 2014 (15/04/2014). Informou que MJ finalizará a sistematização do relatório final e promoverá a divulgação no site do Ministério da Justiça em Abril/2014.</p> <p>- Por fim, Fernanda dos Anjos, encerrou a terceira reunião do GI agradecendo a todos, em especial, à Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, à Coordenação Tripartite e aos membros do GI pelo compromisso nesse processo de implementação do II PNETP.</p>
--	---